

MULHERES EDUCADORAS DO CARIRI CEARENSE NO FOMENTO À INCLUSÃO (1970-1990)

Tânia Maria Rodrigues Lopes

Doutora e Pós-Doutora em Educação, professora efetiva do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará. E-mail: tania.lopes@uece.br

Lia Machado Fiuza Fialho

Doutora e Pós-Doutora em Educação, professora efetiva do curso de Pedagogia e permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará. E-mail: lia_fialho@yahoo.com.br

Charliton José dos Santos Machado

Doutor e Pós-Doutor em Educação, professor efetivo do curso de Pedagogia e permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Federal da Paraíba. E-mail: charlitonlara@yahoo.com.br.

Resumo

O artigo questiona a participação de educadoras na criação dos diversos estabelecimentos para assistir e educar deficientes na região do Cariri (1970-1990). O objetivo foi compreender como se efetivou a participação das educadoras - Maria Zuíla e Silva Moraes; Minerva Diaz de Sá Barreto - na criação dos diversos estabelecimentos para assistir e educar deficientes na região do Cariri. Utilizou-se o percurso metodológico da história oral biográfica. O escopo permitiu identificar as primeiras instituições educativas constituídas para assistir e educar deficientes - Escola Parque Dr. Joaquim de Figueiredo Correia, Instituto Psicopedagógico Eunice Damasceno, APAE, Centro de Reabilitação do Cariri “Luís Moraes Correia”, Lar-Escola Helena Antipoff - conhecer as articulações para fomentar o custeio das instituições e desvelar como se deu a atuação das educadoras Zuíla e Minerva, que conferiram destaque na memória coletiva.

Palavras chaves: História da Educação. História Oral. Biografia. Mulheres educadoras.

MUJERES EDUCADORAS DEL CARIRI CEARENSE EN EL FOMENTO A LA INCLUSIÓN (1970-1990)

Resumen

El artículo cuestiona la participación de educadoras en la creación de los diversos establecimientos para asistir y educar deficientes en la región del Cariri (1970-1990). El objetivo fue comprender cómo se efectuó la participación de las educadoras - Maria Zuíla e Silva Moraes; Minerva Diaz de Sá Barreto - en la creación de los diversos establecimientos para asistir y educar deficientes en la región del Cariri. Se utilizó el recorrido metodológico de la historia oral biográfica. El ámbito permitió identificar las primeras instituciones educativas constituidas para asistir y educar deficientes - Escola Parque Dr. Joaquim de Figueiredo Correia, Instituto Psicopedagógico Eunice Damasceno, APAE, Centro de Reabilitação do Cariri “Luís Moraes Correia”, Lar-Escola Helena Antipoff - conocer las articulaciones para fomentar el custeio de las instituciones y desvelar cómo se dio la actuación de las educadoras Zuíla y Minerva, que conferían destaque en la memoria colectiva.

Palabras claves: Historia de la Educación; Historia Oral; Biografía; Mujeres educadoras.

WOMEN EDUCATORS OF CARIRI CEARENSE IN THE PROMOTION OF INCLUSION (1970-1990)

Abstract

The article questioned the participation of educators in the creation of several establishments to assist and educate the disabled in the Cariri region (1970-1990). The objective was to understand the participation of educators - Maria Zuíla e Silva Moraes; Minerva Diaz de Sá Barreto - in the creation of several establishments to assist and educate the disabled in the Cariri region. The methodological perspective of oral biographical history was used. The scope allowed to identify the first educational institutions constituted to assist and educate the disabled - Escola Parque Dr. Joaquim de Figueiredo Correia, Instituto Psicopedagógico Eunice Damasceno, APAE, Centro de Reabilitação do Cariri “Luís Moraes Correia”, Lar-Escola Helena Antipoff - to know the articulations to promote the funding of the institutions and to reveal how the action of the educators, Zuíla and Minerva, was prominent to the collective memory.

Key words: History of Education. Oral History. Biography. Women educators.

Introdução

Pesquisar sobre a História da Educação não se constitui uma tarefa simples por demandar conhecimentos amplos e interdisciplinares, em especial acerca da Educação e da História, na interface com aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais, dentre outros. No que concerne a história da educação do Cariri¹ cearense esse campo ainda carece de investigações, em especial, no tocante as histórias de mulheres educadoras que desenvolveram experiências de inclusão de deficientes.

Muitas foram as instituições educacionais caririenses destinadas a assistir pessoas com deficiência criadas no período em estudo (1970-1990) - Escola Parque Dr. Joaquim de Figueiredo Correia, Instituto Psicopedagógico Eunice Damasceno, APAE, Centro de Reabilitação do Cariri “Luís Moraes Correia”, Lar-Escola Helena Antipoff. A emergência desses diversos estabelecimentos, até então praticamente inexistentes, na segunda metade do século XX, chamou atenção dos pesquisadores que se dedicaram, em um primeiro momento, a compreender tal fenômeno. Na busca por fontes orais e documentais que pudessem contribuir com a pesquisa, percebeu-se que poucos foram os sujeitos que se dedicaram à tarefa de fomentar educação aos deficientes, sendo

¹A Região do Cariri está localizada ao sul do Estado do Ceará, compõem-se de 26 municípios. Sua população foi estimada, em 2009 pelo IBGE, em 528.398 habitantes e está dividida em oito municípios: Barbalha, Crato, Jardim, Juazeiro do Norte, Nova Olinda, Porteiras, Santana do Cariri. (IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009).

recorrente, nas narrativas informais, a citação dos nomes das educadoras: Maria Zuíla e Silva Moraes; e Minerva Diaz de Sá Barreto.

Ante a dificuldade de localização de fontes documentais sobre as instituições, sobretudo, porque havia a inexistência de arquivos e os documentos se perderam pela ação do tempo ou pela falta de interesse e investimento na sua preservação, observou-se que os atores históricos supramencionados possuíam uma relevância ímpar como fonte de memórias para reconstituir a história da educação para pessoas com deficiência mesmo permanecendo suas ações invisibilizadas pela historiografia.

Uma problemática tornou-se mote do estudo: como se desenvolveu a participação das educadoras Maria Zuíla e Silva Moraes e de Minerva Diaz de Sá Barreto na criação dos diversos estabelecimentos para assistir e educar deficientes na região do Cariri? Tal inquietação se revelou oportuna já que essas mulheres permeavam as lembranças de todos os sujeitos contatados que trabalharam ou estudaram nas instituições.

Importa destacar que o século XX deixou como legado as grandes reformas educacionais, registros da “luta pela extensão das oportunidades escolares às camadas majoritárias da população, no que concerne tanto ao acesso, quanto à permanência em uma escola pública de boa qualidade” (BOTO, 1996, p. 15). Abordar hermeneuticamente, todavia, à trajetória de educadores e o desenvolvimento das instituições escolares se configura relevante para preservação e compreensão da história da educação, ao tempo que possibilita ensejar a luz à participação feminina na historiografia, por vezes relegadas aos porões da memória na “história oficial”.

Desenvolveu-se um estudo, em nível pós-doutoral, com objetivo de compreender como se efetivou a participação das educadoras - Maria Zuíla e Silva Moraes; Minerva Diaz de Sá Barreto - na criação dos diversos estabelecimentos para assistir e educar deficientes na região do Cariri. O escopo permitiu identificar as primeiras instituições educativas constituídas para assistir e educar deficientes, conhecer as articulações políticas para fomentar os seus custeios e desvelar como se deu a atuação das educadoras Zuíla e Minerva, que conferiram destaque na memória coletiva.

Salienta-se, todavia, que esse estudo não objetiva debater as políticas no campo da inclusão de deficientes ou mesmo tratar de pressupostos teóricos e metodológicos da formação profissional e do atendimento educativo na perspectiva da inclusão. O estudo, para contemplar o objetivo proposto, revela experiências de duas mulheres educadoras - Zuíla e Minerva, que dedicaram suas vidas às causas sociais, em especial àquelas voltadas para a inclusão dos “esquecidos” e excluídos, protagonizando a criação de instituições de educação que assistiam os deficientes caririenses.

Congruente com Roger Chartier (1998), a pesquisa em prólogo possibilita compreensão da realidade sem perder o foco de que o conhecimento acadêmico é constitutivo da intencionalidade histórica, mas esta perpassa pela elaboração e tratamento de dados, pela verificação dos resultados e pela validação. Afinal, segundo Paul Veyne (2008), a história é um romance de verdade e, nessa direção, os autores - educadores e historiadores - buscam narrar eventos verdadeiros que têm o homem por ator.

Para o desenvolvimento da pesquisa optou-se pelo percurso metodológico da História Oral biográfica (FERREIRA, AMADO, 2006), por compreender que ao biografar as Zuíla e Minerva seria possível desvelar como se efetivou a participação destas educadoras na criação dos diversos estabelecimentos para assistir e educar deficientes na região do Cariri. Suas elaborações foram possibilitadas pelas narrativas orais aprendidas por meio de entrevistas individuais semiestruturadas, coletadas no período de janeiro a maio de 2016, gravadas, transcritas, validadas, textualizadas e analisadas (MEIHY, HOLANDA, 2007) com nove participantes: duas filhas, cinco ex-professoras e duas colaboradoras diretas da APAE de Juazeiro do Norte.

Os participantes foram selecionados pela proximidade com as biografadas e com o trabalho de inclusão desenvolvido junto aos excluídos, protagonizando a criação de instituições de educação que assistiam os deficientes caririenses. Nenhum conhecimento é produzido no acaso, ou seja, há sempre uma intencionalidade que expressa à racionalidade de quem o produz, logo, fustigado o paradigma da neutralidade, a escolha dos informantes decorreu da possibilidade visualizada da possibilidade contributiva, do acesso facilitado e da disponibilidade de colaboração demonstrada.

As narrativas para fomentar as biografias propostas não se constituíram em relatos cronológicos e lineares previamente definidos como exemplos morais, mas, ao contrário, permitem visibilidade ao contexto em que as biografadas estavam inseridas na interface com aspectos políticos, econômicos e sociais que interferiram para emergência de instituições educativas (LE GOFF, 2003).

Salienta-se que as fontes escritas foram, durante séculos, os únicos vestígios considerados legítimos para o historiador recuperar o passado. No decorrer do século XX, no entanto, recoloca-se a questão do valor do trabalho histórico, em termos de rigor, com recolha testemunhal por via oral, problematizando a superioridade das fontes escritas (THOMPSON, 1992). Trabalhar história oral é ter consciência que o relato de vida é apenas uma entre muitas possibilidades; a narrativa costuma ser a apresentação oficial de si, que varia conforme o “mercado” no qual é oferecido. Um trabalho de história oral permite construir a biografia, a trajetória individual, na medida em que é feita a entrevista.

No ato da entrevista o interesse dos pesquisadores não foi o de somente registrar uma entrevista, um depoimento, ou uma história de vida, além disso, intuiu-se captar algo que ultrapassa o caráter individual do que é transmitido e se insere na interpretação que terá para a coletividade, já que a vida que emerge na biografia também retrata a cultura de um grupo que tem história, e a história é construída e constituída pela interação entre os indivíduos. Como afirma Machado:

[...] Podemos reconstruir a cultura e o contexto social mais amplo, em que viveram diversos personagens do passado e como vivem, ainda hoje, os cidadãos considerados comuns, suas múltiplas práticas, visões e falas, reconstruindo, através desses próprios sujeitos, o elo entre os acontecimentos e significados das práticas cotidianas de existência [...] (MACHADO, 2006, p.23).

Possibilitar maior visibilidade à voz do indivíduo que vivenciou determinada situação, fato ou conjuntura histórica que durante muito tempo ficou expurgado das versões da historiografia oficial, ocupando espaços mínimos e marginalizado, embora tenha participado ativamente do processo histórico, torna-se imprescindível (FIALHO, 2012, p.360). Ao estudar o individual, nas biografias de Zuila e Minerva, vidas específicas, concretas, por seu turno, trata-se também do coletivo. Pois os valores, os

conhecimentos, a cultura etc., com os quais o sujeito individual participa da vida em sociedade não se efetiva destituído na coletividade. As experiências de um sujeito “é, portanto, o produto dessa simbiose entre sua época, o momento histórico em que vive e sua própria consciência, ou seja, as condições interiores, espirituais, com as quais também convive.” (CARINO, 1999, p. 170). O microssocial permite compreensão mais qualificada e minuciosa do macrossocial e esta só se explica com a visão ampliada daquela (LORIGA, 2011).

A súplica pela legitimidade do aproveitamento das fontes orais e do trabalho com biografias para compreensão historiográfica, não apenas como suporte complementar na ausência das chamadas “fontes primárias”, mas, como metodologia viável e importante para o estudo historiográfico, em especial no campo da História da Educação do Ceará, já foi desmistificado (MAIA, BRAGA, FIALHO, 2015). A relevância em biografar - com a utilização da narrativa oral gravada, transcrita, textualizada, validada e analisada criteriosamente, seguindo um projeto previamente delineado no âmbito da história oral, justifica-se enquanto escolha metodológica por se constituir um percurso amplamente legitimado (MEIHY, 2011).

O universo das fontes biográficas torna o estudo da história mais concreto e próximo, facilitando a apreensão do passado pelas gerações futuras e a compreensão das experiências vividas nas suas especificidades. Pois, segundo Reis (2000, p. 32):

O presente liga-se ao passado e o passado ao presente de tal forma que o passado se torna presente e o presente imuniza-se contra a sua sorte que é se tornar passado. Essa visão considera que a realidade é social e/ou culturalmente edificada; o que era dado como imutável e estabelecido assume o caráter de “construção cultural”, redefinindo, assim, novas abordagens no campo da História.

A metodologia em tela, dessa maneira, configura-se a mais oportuna para o desenvolvimento de investigações no campo da história da educação, pois, por possibilitar o trabalho com memórias e narrativas de pessoas que testemunharam acontecimentos importantes da história, permite outro olhar acerca dos fatos narrados pela história oficial (FERREIRA, AMADO, 2006).

A oralidade é uma prática social interativa para fins comunicativos que se apresenta sob várias formas ou gêneros textuais fundados na realidade sonora, ela vai desde uma realização mais informal a mais formal nos vários contextos de uso (MARCUSCHI, 2001). Coube aos pesquisadores dessa investigação, com suas experiências e sensibilidades, viabilizar uma comunicação adequada para o alcance objeto de estudo, respeitando a fluência narrativa e variação estilística do colaborador, seja ela coloquial ou formal, deixando-o a vontade para que as lembranças fluam.

A história oral - ao trabalhar com lembranças e esquecimentos, subjetividades, abordando um universo de significados, significações, ressignificações, representações psíquica e social, simbolizações, simbolismos, percepções, pontos de vista, perspectivas, experiências de vida e analogias (TURATO, 2003) - não objetivou uma verdade histórica, mas sim ampliar essa compreensão. Salienta-se, dessa maneira, que a relevância das entrevistas em história oral esteve relacionada aos informantes selecionados, bem como as condições de sua realização - a organização da coleta de dados, a negociação com os colaboradores, as gravações, as transcrições, as textualizações e as validações. Procedimentos cuidadosamente realizados para apreensão do discurso dos colaboradores o mais fiel possível.

A pesquisa considerou os silêncios, os esquecimentos, a gesticulação, o semblante do entrevistado e tudo o que acompanhou suas narrativas, pois as subjetivações intrínsecas ao informante também são aspectos importantes de análises. As biografias de Zuíla e Minerva trabalharam, com efeito, com as particularidades de suas vidas, não de maneira isolada ou atemporal, mas numa dialética entre acontecimentos e conjunturas, situando a vida individual no contexto histórico geral; de maneira que ao invés de simplificar a trajetória numa visão linear e teleológica, possibilitou a compreensão holística num diálogo constante entre sujeito e contexto sócio-histórico.

2. Mulheres caririenses: escolarização, liderança e protagonismo

Em um país marcado, historicamente, pela desigualdade de natureza econômica, social, política, educacional e cultural, as mulheres lutaram para concretizar, gradativamente, a implementação e a consolidação da oferta de instrução e formação para os diversos segmentos sociais, ao incentivarem e/ou participarem diretamente da criação de instituições escolares, de várias naturezas e especificidades, com objetivo de garantir instrução às crianças e jovens.

Esse protagonismo já emanou visibilidade a alguns nomes de mulheres que foram tomados de empréstimo para denominar instituições educacionais e de outras áreas, em reconhecimento ao trabalho, que empreenderam em seus lugares de origem, seja em favor de causas educacionais, sociais ou especiais. O trabalho feminino alude uma produção acadêmica relativamente consistente, como assevera Del Priore (2011, p. 08):

A história das mulheres no Brasil, diferentemente do que se possa pensar, tem provocado pesquisas sérias e bem documentadas. [...] é uma história relacional, inclui tudo que envolve o ser humano, suas aspirações e realizações, seus parceiros e contemporâneos, suas construções e derrotas. Muito se escreveu sobre a dificuldade de se construir a história das mulheres, mascaradas que eram pela fala dos homens e ausentes que estavam do cenário histórico.

Nessa história de homens e mulheres, que marcaram o tempo por seus feitos e experiências, encontramos, no Cariri cearense, reconhecido por suas manifestações religiosas, o protagonismo do Padre Cícero Romão Batista, com destaque para fenômenos sobrenaturais em torno de um milagre, envolvendo uma mulher pobre e negra, beata e servidora da Paróquia na qual o sacerdote celebrava: Maria Madalena do Espírito Santo de Araújo (SILVA, 2010, p. 15). Além desta beata, outras mulheres entraram para a história do Cariri cearense, independente da sua condição socioeconômica, ideológica e intelectual, a maioria envolvida nas questões religiosas e/ou no protagonismo educacional.

De acordo com Ribeiro (1994, p. 163) torna-se incompleto “falar da história de Juazeiro, sem falar da existência de beatas”, por considerar irrefutável suas contribuições como primeiras educadoras da Região. Para Della Cava (1976, p. 79) “as beatas de Joazeiro e Crato vieram a ser as propagadoras da religião popular”. Entre os ofícios diários das beatas estava o ensino do catecismo, as primeiras letras e as prendas

do lar, ou seja, indicadores de uma docência em constituição, mesmo de forma improvisada, baseada em conhecimentos apreendidos de suas relações cotidianas, religiosas, devocionais e familiares.

Beatas se destacaram como educadoras, pois, apesar do pouco letramento, eram motivadas pela fé, e transmitiam por meio do catecismo e de outras práticas os seus conhecimentos e saberes. Almeida (2007, p. 15) leciona que estas educadoras vinculadas ao trabalho pastoral tinham como missão “edificar regras e valores, ditando hábitos e costumes, normatizando corpos e esculpindo mentes” constituindo-se tais práticas como “[...] espaço essencial de inculcação moral, religiosa e normatização de comportamentos”.

Queiroz e Goiania (2013, p. 187) explicitam que seria incompleto “falar da história do Cariri Cearense, de Juazeiro, do Padre Cícero” sem considerar as beatas que foram professoras. Mas outras mulheres foram marcantes na história da educação caririense nas primeiras décadas do século XX, as primeiras professoras normalistas, que chegaram à região diplomadas nas escolas de Fortaleza: Colégio Imaculada Conceição – CIC e Colégio Nossa Senhora do Sagrado Coração – CNSSC.

Nesse contexto, o cariri cearense registra, em sua história educacional, a criação, em 1923, do Colégio Santa Teresa de Jesus – CSTJ, primeira instituição voltada para a instrução de mulheres e a formação de professoras, na cidade do Crato, pelo bispo Diocesano, Dom Quintino de Oliveira, que fundou, juntamente com o CSTJ, a Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus, instituto responsável pela orientação ideológica e pedagógica do Colégio. A direção do Colégio foi entregue, pelo bispo, a Madre Ana Couto, que acumulou as funções de diretora e orientadora espiritual das alunas.

Em 1934, com o apoio de lideranças políticas e religiosas foi criada a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte – ENRJN, cuja direção foi entregue, por mais de 40 anos, à Amália Xavier de Oliveira, diplomada professora normalista pelo Colégio Nossa Senhora do Sagrado Coração – CNSSC, em 1927, na cidade de Fortaleza.

Tanto o CSTJ, como a ENRJN, foram criadas e dirigidas por mulheres e tornaram-se responsáveis pela interiorização dos processos de formação de professores no Ceará, contribuindo para fortalecer o magistério, bem como, para a implementação e ampliação dos sistemas de instrução pública, em seus processos iniciais de criação. A história das instituições criadas para formar professores ocupa espaço no estudo por ser o lugar no qual muitas professoras foram diplomadas, para se tornarem responsáveis pela educação pública nos diversos municípios da região, em especial, as biografadas Minerva Barreto e Zuíla Silva.

No século XX, os avanços com a formação de professores objetivando a qualificação do ensino foi ganhando contornos no interior do Estado, com a criação de instituições escolares específicas. Mas nem todas as camadas da população foram igualmente atendidas ou beneficiadas em suas necessidades e demandas, a exemplo, os portadores de deficiências.

Segundo estudos coordenados pelo professor Saviani *et al* (2014), no livro *O legado educacional do século XX no Brasil*, estruturou-se um discurso da legitimidade do saber perante uma sociedade desigual, em que era preciso focalizar prioridades sociais, com base na concretização de um projeto de escola pública, obrigatória, gratuita, democrática e laica. Para este autor, muito embora sejam reconhecidos alguns avanços no que diz respeito à desigualdade, a opressão e a desumanização, o legado herdado aponta reconhecida importância para o desenvolvimento da sociedade brasileira, todavia não atendeu com qualidade e equidade a população em situação de vulnerabilidade social.

Segundo estudos desenvolvidos por Facó (1965, p. 73), no século XX, a “evolução do Nordeste, caracterizava-se por sua extrema lentidão, própria de uma sociedade em estágio econômico seminatural, com uma rígida divisão de classes” que polarizava ricos e pobres, normais e anormais, capazes e incapazes. A educação era moeda rara, poucos tinham acesso, os considerados “anormais” sofreram o duro golpe de serem excluídos e ignorados durante muito tempo.

3. Breve história biográfica de Maria Zuíla e Silva Moraes: protagonismo em favor dos excluídos

A criação de instituições voltadas para a inclusão de pessoas portadoras de deficiências aconteceu no Cariri cearense, precisamente na cidade de Juazeiro do Norte, em 25 de abril de 1971, quando a professora ruralista Maria Zuíla e Silva Moraes fundou a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE. Narrativas de ex-professoras, que trabalharam com a citada educadora afirmam que seu interesse foi impulsionado pelo desejo de ajudar seu único filho do sexo masculino, que é portador da Síndrome de Down.

Dona Zuíla, como era popularmente conhecida, ingressou no Grupo Escolar Padre Cícero, onde cursou todo o primário (de 1931 a 1934). Transferiu-se para a Escola Normal Rural, onde cumpriu os dois anos complementares (entre 1935 e 1936), sequenciando mediante ingresso no Curso Normal Rural, que tinha a duração de três anos (de 1937 a 1939), diplomando-se professora normalista rural.

Seu trabalho como educadora teve início após a conclusão do curso normal rural na ENRJN, quando, em 1952, fundou e passou a dirigir o Instituto Domingos Sávio, considerada a primeira escola de ensino médio de Juazeiro do Norte. Dentre várias iniciativas por ela adotadas para desenvolver a educação em Juazeiro, merece destaque: a fundação e a direção da Escola Parque Dr. Joaquim de Figueiredo Correia, em 1963, mais conhecida como Escola de Artes Industriais; a fundação e a direção do Instituto Psicopedagógico Eunice Damasceno, em 1967; antecedendo a criação da APAE, iniciando o atendimento especializado, educacional e profissionalizante de crianças e jovens portadores de deficiências. Em 1980 fundou o Centro de Reabilitação do Cariri “Luís Moraes Correia”, objetivando assegurar atendimento especializado aos portadores de deficiência de todas as idades.

Por seu protagonismo e dinamismo como educadora, atuou diretamente como organizadora ou apoiadora na realização de inúmeros eventos integrados às instituições que criou e dirigiu. Seu interesse pelas questões relacionadas ao atendimento e escolarização especializada de deficientes levou-a a participar de vários congressos de APAEs pelo Brasil, de outras iniciativas congêneres, na perspectiva de compreender as políticas pensadas para a categoria e implementá-las em Juazeiro do Norte.

A fala de uma das ex-professoras entrevistadas anuncia que a busca pelo conhecimento especializado foi um fator determinante no trabalho desta educadora, “impulsionando-a a participar de diversos eventos de natureza pedagógica, na perspectiva de qualificar os serviços e atendimentos educacionais das instituições que estava fundando em sua urbe natal” (Entrevistada 1).

As experiências apresentadas nos vários eventos no campo da educação e os primeiros movimentos em prol da implantação da modalidade educação especial motivaram Dona Zuila a interagir com outras instituições na busca de subsídios para a efetivação de seu grande projeto e futuro legado: a fundação da APAE.

Em 1970 criou também o primeiro curso de Classes Especiais, denominando-o de Lar-Escola Helena Antipoff, instituição anexa ao Instituto Domingos Sávio. A experiência pioneira no campo da pedagogia moderna (educação especial) promoveu a inclusão de atendimentos psicoemocionais especializados em uma Clínica, denominada Leão Sampaio.

Narrativas das duas ex-docentes da APAE revelaram que a estrutura médica e de outros atendimentos especializados em Juazeiro era precária, fazendo com que Dona Zuila importasse dos grandes centros urbanos profissionais da saúde, como médicos (pediatras, neurologistas, psiquiatras), bem como, outros profissionais essenciais ao atendimento especializado aos deficientes: assistentes sociais, psicólogas, orientadoras educacionais, técnicos em educação física, psicomotricistas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, dentre outros.

O trabalho tomou amplitude e, crianças antes esquecidas, ignoradas ou trancadas em “quartinhos apertados no fundo da casa” passaram a ser identificadas, na perspectiva de serem percebidas e tratadas como seres humanos. Importa salientar que a literatura sobre o tema revela que, em tempos remotos, as pessoas com deficiência não eram sequer consideradas seres humanos, sendo rejeitadas pela sociedade e, por vezes, exterminadas por seus próprios pais, ao serem percebidas diferentes das demais (CORRÊA, 2005). Outras eram simplesmente abandonadas em lugares ermos, muitas das quais não sobreviviam.

Com base no seu próprio caso familiar, Dona Zuíla “passou a estimular as famílias a assumirem, conviverem e oportunizarem atendimentos especializados aos deficientes nas instituições que estava criando em Juazeiro, incluindo escolarização e profissionalização” (Entrevistada 3).

A escolarização em classes especiais demandava a preparação diferenciada do professorado. Para alcançar tal finalidade, a educadora celebrou convênios com instituições de educação especial renomadas do Sul e Sudeste do País, de onde vieram os profissionais especializados objetivando desenvolver formações específicas para professores, técnicos e auxiliares, de forma a garantir excelência no atendimento àqueles sujeitos.

Dona Zuíla viajou pelo Brasil, com suas ideias e sonhos, transformando-os em projetos pedagógicos e de desenvolvimento social e profissional destinados a incluir os excluídos por suas diferenças físicas, emocionais, psicológicas, visuais, de linguagem, dentre outras limitações. O alcance da sua obra educacional aponta para a promoção social e educacional da juventude juazeirense, pois contribuiu e promoveu ações significativas direcionadas a organização do sistema de educação de Juazeiro, criando instituições, estimulando o intercâmbio interinstitucional e interestadual entre APAEs e demais instituições responsáveis pelo atendimento aos portadores de deficiência. Também incentivou a criação do Lions Clube, do Movimento Bandeirante e da instalação do primeiro curso de língua inglesa com a fundação do Instituto Brasil-Estados Unidos (Entrevistada 2).

4. Biografia resumida de Minerva Diaz de Sá Barreto: “a mãe dos pobres”

Iniciou um amplo trabalho social logo que chegou a cidade de Barbalha. Buscou parcerias públicas e privadas, estabeleceu relações internacionais com instituições sediadas na Europa e Estados Unidos, por meio do Fundo Cristão para Crianças. Era início dos anos 1970, “em uma terra esquecida, de pessoas abandonadas, rostos desfigurados pela desnutrição, corpos marcados pelo abandono e violência” (Entrevistado 5).

“Foi visitando a periferia da terra dos ‘verdes canaviais’ que Minerva se deparou com a miséria, o abandono e a exclusão. No semblante daquele povo a dor do esquecimento por parte dos poderes públicos, a insensibilidade da iniciativa privada” (Entrevistada 7). Sua experiência como missionária e sua larga atuação como Cientista Política e Social, possibilitou sua formação em Estudos secretariais e Administração Pública pela Faculdade *de Puerto Rico Júnior College*; mestrado em *George Washington Unniversity* (Desenvolvimento Latino Americano) e doutorado na *American Unniversity* em Ciências políticas e sociais.

A vinda para o Brasil se deu por uma experiência internacional, como voluntária da Paz no Nordeste Brasileiro, por meio do desenvolvimento de programas rurais destinados à juventude paraibana, nas cidades de Serrarias e Bananeiras. Chegar a terra caririense, internacionalmente reconhecida por seus festejos ao santo casamenteiro, Santo Antonio, decorreu de seu relacionamento e matrimônio com um filho barbalhense, Antonio Inaldo de Sá Barreto.

Quando seu esposo assumiu a trajetória política como prefeito, Minerva já estava engajada com os pobres e excluídos, iniciando a partir de 1977, o movimento de promoção social destinado ao atendimento social, educacional, profissional e de saúde à população em suas necessidades imediatas. Seus projetos incluíam aqueles e aquelas à margem das oportunidades sociais, sua sensibilidade também amparou com ações específicas de orientação quanto ao controle de natalidade, gestação, cuidados pós-natal e outras demandas as prostitutas daquela cidade.

Nesse contexto, deparou-se com preconceito, discriminação e abandono em seus vários aspectos, sobretudo às crianças, que eram (mal) tratadas e rejeitadas pelas famílias e, pela sociedade. Entre as crianças foram localizadas muitos deficientes, desnutridos em alto grau, violentados e abusados pelos maus tratos recebidos, bem como pela ausência de cuidados na gestação e nascimento. “Com a questão da desnutrição, porque assim, teve muitos órfãos desnutridos nas organizações que criou, então o fundo Cristão implantou, apoiou e abraçou o trabalho voluntário, por meio da Pastoral da Criança, projeto concebido pela doutora Zilda” (Entrevistada 6).

Em muitas ocasiões encarregou-se, pessoalmente, de ministrar palestras, orientações e cadastrar as mães, apresentando-lhes, sobretudo, oportunidades de profissionalização, para que passassem a sobreviver distante da vulnerabilidade ocasionada pela prostituição e mendicância, que estavam submetidas. A aproximação e parceria com a Pastoral da Criança trouxeram algumas inovações às práticas já em curso nas instituições criadas por Dona Minerva, conforme narra a entrevistada 3:

O fundo fez uma parceria com a pastoral da criança e a doutora Zilda passou a ministrar formações, para que pudéssemos fazer um trabalho mais intensivo no combate à desnutrição. Então D. Minerva apoiou e aceitou o trabalho voluntário, com a sugestão do Fundo Cristão [...] Dentre as ações foi implantado o projeto ‘animador comunitário’, então nós passamos a trabalhar como ‘animador comunitário’, que era outro tipo de trabalho, para ajudar a desenvolver as ações das organizações.

Foi anos consagrados ao trabalho de salvar vidas, alimentar famintos, acolher deficientes nas instituições que criou, para alimentá-los, instruí-los, profissionalizá-los, observando e respeitando suas limitações e necessidades. A falta de apoio, por parte do poder público, foi uma questão sempre presente nas rotinas financeiras da sua gestão. A escassez de verbas para a educação se acentuava constante, sobretudo para garantir qualquer prática educativa ou de assistência social aos deficientes, pois se entendia que estes não teriam como contribuir com o desenvolvimento econômico e social, então, quanto menor o investimento, mais o Estado economizava em suas políticas. Sobre essa questão manifestou a entrevistada 6 em sua narrativa explícita:

Melhorar a qualidade de vida das famílias por meio de ações planejadas por ela, com base nos dados do diagnóstico feito com a realização das visitas domiciliares, pelo ‘animador comunitário’. Essas visitas possibilitavam extrair das famílias, as suas necessidades prioritárias e, também, orientá-las a irem buscar direitos lá onde era de direito, como também dar acompanhamento aos desnutridos e excluídos.

As várias narrativas anunciam que, com base no trabalho voluntário dos animadores, foi possível reduzir o índice de desnutrição e mortalidade infantil no município. O trabalho dos voluntários, preceito da Pastoral e apoiado pelo Fundo Cristão conquistou muitas pessoas, as quais se responsabilizaram de ir fazer as orientações sobre as estratégias essenciais a formação das famílias quanto ao preparo da

multimistura, dos xaropes e outros remédios à base de ervas medicinais plantadas nos quintais das casas das famílias beneficiadas.

As famílias em situação de analfabetismo, não tinham muito conhecimento, recebiam uma assistência maior, por meio de visitas sistemáticas semanais, em que as animadoras desenvolviam ações de ajuda direta a própria mãe, no cuidado com o desnutrido, no próprio domicílio. Esse intenso trabalho e as articulações com segmentos do Governo do Estado e da União possibilitaram a realização de convênios, com a Legião Brasileira de Assistência – LBA, cujos recursos possibilitaram a implantação de creches, berçário, atendimentos psicopedagógicos, psicomotricistas e fisioterápicos com crianças em alto nível de desnutrição na própria instituição.

Os voluntários se uniram aos animadores, passaram a desenvolver várias ações integradas à nutrição e recuperação de crianças desnutridas, durante todo o dia na instituição. As precárias condições da família, muitas vitimadas pela fome aproximavam-nas dos cuidados e, também do trabalho voluntário - normalmente remunerados pela doação de cestas básicas, que eram doadas como forma de recompensa pelo trabalho. Entrevistada 7 afirma: “Eles vinham simplesmente para se doar e melhorar a qualidade da família. E Dona Minerva, que trouxe esse recurso para esse município apoiava, dava incentivo para que essas pessoas continuassem o seu trabalho nas instituições”.

Os recursos recebidos do Fundo Cristão, por meio do apadrinhamento de crianças por cidadãos americanos e europeus, bem como, os repasses da LBA, do Governo Estadual e doações de empresas e instituições públicas, mediante campanhas realizadas de forma contínua, possibilitaram que as ações tivessem continuidade. As narrativas denunciam que era uma luta, muitas vezes solitária, para que os atendimentos, alimentação, educação e profissionalização fossem asseguradas. Do governo do Estado, por meio de convênio com a Secretaria de Educação – SEDUC, conseguiu a disponibilidade de professores e alguns técnicos, que receberam formação específica para atuar nas instituições (Entrevistada 2).

Era uma batalha diária para assegurar oportunidade e dignidade aos deficientes e suas famílias, assim como a outras crianças excluídas por outras questões, como a

desnutrição profunda. A formação dos profissionais que atuavam nas diversas ações foi, também, um trabalho minuciosamente planejado e, por vezes, executado pela gestora Minerva. Suas largas experiências internacionais, em articulação com sua ampla formação acadêmica, permitiram-na pensar uma profissionalização para além das práticas em curso no Ceará. Para tanto celebrou convênios com instituições internacionais sediadas nos Estados Unidos e Europa, das regiões Sul e Sudeste do Brasil.

A visão macro da problemática social, que massacrava o povo nordestino, em particular a população vulnerável da cidade de Barbalha tinha sido objeto de seus estudos e pesquisas acadêmicas durante anos, quando fora voluntária da Paz no Estado da Paraíba/Nordeste do Brasil. A criança era seu foco de atenção, era preciso alimentá-la adequadamente, nutri-la, para que seu crescimento físico, psicológico e intelectual fosse preservado. Cuidar da criança desde a gestação da mãe era uma forma de garantir, possivelmente, a redução da mortalidade, da desnutrição, da deficiência.

5. Considerações que anunciam o *contínium* do estudo sobre as protagonistas

A pesquisa questionava a participação de educadoras na criação dos diversos estabelecimentos para assistir e educar deficientes na região do Cariri (1970-1990). Com o objetivo de compreender como se efetivou a participação das educadoras - Maria Zuíla e Silva Moraes; Minerva Diaz de Sá Barreto - na criação dos diversos estabelecimentos para assistir e educar deficientes na região do Cariri, utilizou-se o percurso metodológico da história oral biográfica.

A História Oral funcionou como um epicentro essencial na ausência das chamadas “fontes primárias” e também como metodologia viável e importante para o estudo historiográfico, em especial no campo da História da Educação do Ceará, no que concerne a desmistificar a supremacia das fontes “tradicionais” e possibilitar biografar educadoras que contribuíram com a história social. As fontes orais, viabilizadas pelas nove entrevistas realizadas com as colaboradoras, demonstraram importância histórica e

cultural por relevar nuance não contemplada na história oficial e permitir melhor compreensão do contexto sócio educacional do Ceará.

A memória é produto de um trabalho de ressignificação tecida pela amálgama entre presente e passado, ela vem à tona, à medida que é fabricada, sem necessidade de linearidade (LE GOFF, 2003). Tal fabricação requereu tratamento teórico e metodológico por parte dos pesquisadores só assegurado mediante a metodologia da História Oral, que é considerada, no âmbito da pesquisa qualitativa, poderoso instrumento para a descoberta, a exploração e a avaliação de como as pessoas compreende seu passado, vinculam as experiências ao contexto social, interpretam-na e dão-lhes significado, a partir do momento presente (MINAYO, 2006).

Por isso, ela ofereceu material para descrição de uma época e possibilitou desvelar trajetórias de mulheres e suas experiências concretas de dedicação à inclusão e amparo aos deficientes, ao se amparar em narrativas dependentes da memória, “dos ajeites, contornos, derivações, imprecisões e até das contradições naturais da fala” (MEIHY, HOLANDA, 2007). Como as biografadas não eram um ser isolado, mas social, e suas ações interferiram no contexto sociocultural, a pesquisa biográfica realizada com os devidos critérios de seriedade acadêmica, contextualizada e analisada com tessitura, tornou-se um significativo documento histórico.

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado (BOSI, 1994). A história é, pois, constituída de fatos, imagens e experiências ressignificados segundo determinadas percepções, logo, contá-la requereu um compromisso constante de revisitação, novas analogias e amadurecimento de compreensões por vezes até consolidadas como verdades inquestionáveis, pois a história é dinâmica e se transforma a cada dia, ensejando um contínuo ciclo de novas interpretações.

As entrevistadas foram questionadas sobre como conheceram, interagiram e aprenderam sobre a profissão e os processos de inclusão com as biografadas protagonistas do estudo. Esse mote possibilitou um retorno ao passado e de recolher as emoções, as alegrias, os prazeres, os conflitos e as tensões que representaram a relação colaborativa e de aprendizagem vivenciada com as biografadas.

Le Goff (2003) diz que a memória é o objeto principal no trabalho com as fontes orais, pois o estudo é recuperado por intermédio da memória das testemunhas. Os estudos da memória das colaboradoras, por meio de suas narrativas transcritas, textualizadas e analisadas foram fundamentais para conduzir às reflexões, que ensejaram que o longo século XX deixou como legado a miséria, a fome e o descaso com a população marginalizada socioeconomicamente. As precárias condições de acesso ao emprego, a renda e de vida digna foram marcos na trajetória da população pobre, sobretudo os que ficaram confinados no Norte e Nordeste do Brasil. Povo sofrido, doente, faminto, com precárias condições de escolarização e em condições laborais de escravidão. Durante quase todo o século ainda predominava o grande latifúndio e a mão-de-obra era explorada em regime de servidão (LOBO, 2011).

Zuíla e Minerva conheceram e vivenciaram essa realidade *in loco*, quando tiveram contato com a população campesina e também com os pobres da periferia. Ver e sentir de perto o abandono e servidão, fez com que se envolvessem na luta pelos direitos dos ‘sem esperança’. Poderiam ter optado pelas oportunidades criadas pelas conceituadas universidades, mas preferiram o povo brasileiro desvalido, que em meio a todas as perdas, ainda amargava os danos das feridas sangrando pelas atrocidades e barbárie do regime militar. Os fios que reconstituem as histórias das duas mulheres se entrelaçaram às condições da conjuntura social, econômica, política e educacional da época.

Mobilizadas por objetivos semelhantes, Minerva e Zuíla absorveram causas sociais esquecidas ou secundarizadas pelo governo e pela sociedade. Não foram santas, tampouco heroínas, mas empreenderam obras voltadas para salvar vidas. Vidas estas ignoradas, marginalizadas, empobrecidas e rejeitadas por sua condição ou limitação.

Minerva e Zuíla não receberam títulos ou honrarias enquanto viveram, também não foram reconhecidas pela elite política e econômica. Seus nomes estão estampados em fachadas de escolas e outras instituições voltadas para a assistência social e educacional, no interior cearense. Suas histórias foram silenciadas, mas não foram esquecidas nas vozes dos que foram acolhidos e assistidos pelas instituições que fundaram. Muito embora seus nomes ainda não tenham sido devidamente destacados e valorizados, pelo conjunto da obra desenvolvida, em prol da população marginalizada,

as narrativas provenientes da pesquisa em tela contribuíram para a elaboração desse estudo que enseja imortalidade à memória das biografadas e algumas de suas contribuições párea História da Educação.

Toda pesquisa empreendida tem pontos nevrálgicos e prazerosos. Embebidas desse duplo sentimento, foram tecidas as relações profissionais e pessoais envolvendo biografadas protagonistas do estudo. Um saldo de aprendizado, esperança e ajuda ao próximo marcam, definitivamente, as memórias reconstituídas. Há muito ainda a ser explorado e divulgado sobre Minerva e Zuíla, no que diz respeito às trajetórias de amor ao próximo e de oportunidades de inclusão aos esquecidos por suas deficiências. Não se esgotam, pois, as histórias dessas duas mulheres, em especial, sobre o trabalho desenvolvido, mas as experiências desveladas possibilitam outras investigações sobre as biografadas ou acerca da história de mulheres educadoras no Cariri cearense.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, J. S. **Ler as letras: por que educar meninas e mulheres?** Campinas: Autores Associados, 2007.
- BOSI, E. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos.** 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1987.
- BOTO, C. **A escola do homem novo: entre o iluminismo e a Revolução Francesa.** São Paulo: UNESP, 1996 (Encyclopaideia).
- CARINO, J. A biografia e sua instrumentalidade educativa. **Educação e Sociedade.** vol. 20, n. 67, p. 153-182, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n67/v20n67a05.pdf>> Acesso em: 27 jul. 2017.
- CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações.** Tradução por Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1988.
- CORRÊA, M. A. M. **Educação Especial.** Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2005.
- DEL PRIORE, M. (Org.): **História das Mulheres no Brasil.** 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- DELLA CAVA, R. **Milagre em Joazeiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- FACÓ, R. **Cangaceiros e Fanáticos.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

FERREIRA, M. M.; AMADO, J. **Usos & Abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FIALHO, L. M. F. **A experiência socioeducativa de internação na vida de jovens em conflito com a lei**. Fortaleza, 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, 2012.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.

LOBO, A. S. (Mons.) **O Patriarca de Juazeiro**. 3. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

LORIGA, S. **O pequeno x: da biografia à história**. [Tradução Fernando Scheibe]. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MACHADO, C. J. S. **Mulher e Educação: histórias, práticas e representações**. João Pessoa: UFPB, 2006.

MAIA, S. S.; BRAGA, V. R. S.; FIALHO, L. M. F. Biografia de idosos: uma fonte para pesquisas. In: FIALHO, L. M. F.; SANTANA, J. R.; VASCONCELOS, J. G. (Orgs.). **Fontes orais em pesquisas educacionais**. Fortaleza: Edições UFC, 2015. p. 19-30.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2001.

MEHMY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MINAYO M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em saúde**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

QUEIROZ, Z. F.; GOIANA, I. S. A educação no Cariri cearense na década de 1940: registros do Jornal Católico A Ação. In: CAVALCANTE, M. J. M. (Org.). **História da Educação: república, escola e religião**. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

REIS, J. C. Os Annales: a renovação teórico-metodológica e 'utópica' da história pela reconstrução do tempo histórico. In: SAVIANI, D. et al. **História e história da educação**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados HISTEDBR, 2000.

RIBEIRO (Sobrinho), Senhorzinho (Vicente). **Juazeiro em corpo e alma**. 2. ed. Juazeiro do Norte: Gráfica Royal Ltda., 1994.

SAVIANI, D. et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2014.

SILVA, N. C. **A mulher sem túmulo**. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2010.

THOMPSON, P. **A voz do passado**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2003.

VEYNE, P. M. **Como se escreve a História: Foucault revoluciona a História**. Tradução: Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4 ed. Brasília: UnB, 2008.

Recebido em: 15.08.2017

Aceito em: 25.09.2018